

# Águas é RESPON SABILIDADE

No início de 2021, o Governo Federal emitiu um alerta: o Mato Grosso do Sul poderia enfrentar a pior seca dos últimos 90 anos, com risco iminente de crise hídrica. Cientes desta previsão, planejamos, investimos, monitoramos e agimos. Tomamos como objetivo assegurar que Campo Grande permanecesse abastecida. O nosso compromisso com a Capital foi mantido.

Investimento total de

**R\$50 milhões.**

**Vencemos a  
maior seca**  
dos últimos anos.



**08  
NOVOS**

poços subterrâneos  
em operação.



MAIS DE  
**85km**

de rede coletora  
de esgoto implantados.



**1,8  
MILHÃO**

de litros de água  
por hora produzidos.



MAIS DE  
**435MIL**

pessoas beneficiadas com  
a perfuração de novos poços.



MAIS DE  
**21,1MIL**

pessoas beneficiadas com  
rede coletora de esgoto.



**22%**

de acréscimo na produção  
de água para os serviços  
de abastecimento.















### Estrutura de gerenciamento de risco

**Estrutura de gerenciamento de risco**  
A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.  
As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

**Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 40.524, representando aproximadamente 14,46% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2020, esta provisão era de R\$ 40.035, representando aproximadamente 16,60% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	2021	2020
Bancos conta movimento (nota explicativa nº 5)	2.544	2.698
Aplicações financeiras	526.253	602.680
Contas a receber de clientes	239.711	201.194
Instrumentos financeiros derivativos	9.970	10.369
	778.478	816.941

**Risco de liquidez** é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, no máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e reflete o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021:

	2021							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante	
<b>Passivos</b>								
Fornecedores e empreiteiros	27.385	27.386	25.004	2.382	-	-	-	
Empréstimos e debêntures	1.070.290	1.757.378	139.135	302.207	254.444	207.943	853.649	
Outras contas a pagar	31.609	36.588	4.635	2.810	4.013	4.022	21.108	
	1.129.284	1.821.352	168.774	307.399	258.457	211.965	874.757	
	2020							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante	

	contas	(incluindo juros)	meses	meses	meses	meses	em diante
<b>Passivos</b>							
Fornecedores e empréstimos	31.699	31.699	31.699	-	-	-	-
Empréstimos e debêntures	1.335.090	1.697.943	231.946	236.566	258.407	228.565	742.459
Dividendos a pagar	45.294	45.294	45.294	-	-	-	-
Outras contas a pagar	32.867	42.155	5.868	2.334	2.844	3.826	27.283
	1.444.950	1.817.091	314.807	238.900	261.251	232.381	769.742

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

**Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros - sobre os ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

**Risco de taxa de juros**

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, empréstimos e debêntures e outras contas a pagar.

As data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros, etc.

	Valor contábil	
	2021	2020
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	526.253	602.680
Instrumentos financeiros derivativos	9.970	10.369
	<u>526.223</u>	<u>613.049</u>

<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
Passivos financeiros		
Empréstimos e debêntures	1.070.290	1.335.090
Outras contas a pagar	30.193	29.395
	<u>100.493</u>	<u>29.395</u>

A Administração da Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição	Expo- sição	Taxa de juros efetiva a.a em 2021	Cenários				
			I	II	III	IV	V
			Provável	25%	50%	-25%	-50%
Patrimonial	Risco						

1- Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	526.253	Variação do CDI	9,15%	48.152	60.190	72.228	36.114 24.076
2- Passivos financeiros							

Debitantes	(329.778)	Variação do IPCA	10,06%	(33.176)	(41.470)	(49.764)	(24.882)	(16.588)
Empréstimos e debêntures	(717.371)	Variação do CDI	9,15%	(65.639)	(82.049)	(98.459)	(49.229)	(32.820)
Outra a pagar	(26.501)	Variação do INPC	10,16%	(2.693)	(3.366)	(4.040)	(2.020)	(1.347)

1 + 2 - Exposição líquida	(547.397)	(53.356)	(66.695)	(80.035)	(40.017)	(26.679)
---------------------------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------

Risco de taxas de câmbio

Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas

estrangeiras utilizadas pela Companhia para contratação de instrumentos financeiros. Para mitigar os riscos de variação cambial, os instrumentos financeiros da Companhia em moeda estrangeira estão cobertos com a contratação de operações de hedge através de instrumentos financeiros derivativos do tipo swap. O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

		Taxa de câmbio em 2021	Cenários				
Risco Cambial	Expo- sição	Uni- dade	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1-Instrumentos derivativos							

Empréstimos	(4.217)	USD R\$ 5,5805	(1.618)	(2.023)	(2.428)	(1.234)	(809)
Swap - Ponta ativa	4.642	USD R\$ 5,5805	1.781	2.292	2.672	1.336	891
1 + 2 - Exposição líquida	425		163	204	244	122	82
Gerenciamento do capital							

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos e Certificados de Depósito Bancário - CDB de liquidez imediata.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Classificação	Hierarquia do	Valor contábil	Valor Justo
---------------	---------------	----------------	-------------

Ativo	Nota	por categoria	valor justo	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa (i)	5	Custo amortizado	Nível 2	2.547	2.698	2.547	2.698
Aplicações financeiras	6	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	526.253	602.680	526.253	602.680

Contas a receber de clientes (i)	7	Custo amortizado	Nível 2	239.711	201.194	239.711	201.194
Instrumentos financeiros		Valor justo - Instrumentos					

derivativos	presupuestos de hedge	Nivel 2	9.970	10.369	9.970	10.369
<b>Total</b>			<b>778.481</b>	<b>816.941</b>	<b>778.481</b>	<b>816.941</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Exercícios</b>						

Forneecedores e empreiteiros (i)	11	Custo amortizado	Nível 2	27.385	31.699	27.385	31.699
Empréstimos e debêntures (ii)	12	Custo amortizado	Nível 2	1.070.290	1.335.090	1.198.273	1.335.090
Dividendos a pagar (i)	8	Custo amortizado	Nível 2	-	45.294	-	45.294

Outras contas a pagar (i)	13	Custo amortizado	Nível 2	31.609	30.625	31.609	30.625
<b>Total</b>				<b>1.129.284</b>	<b>1.442.708</b>	<b>1.257.267</b>	<b>1.442.708</b>

(i) Para estas operações a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude de estar em fase de negociação, dentro de condições.

(ii) Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM & F Bovespa e Bloomberg); acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Os acionistas aprovaram em assembleia, a contratação de contrato de swap, com o objetivo de trocar a variação cambial do dólar norte americano a +8,89% por CDI - Certificado de Depósito Interbancário + 2,70%. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia mantém os instrumentos financeiros derivativos de swap para a cobertura do risco de câmbio e de taxas, conforme demonstrado:

Derivativo	Nocional	Ativo USD +	Passivo CDI +	Mercado	Vencimento	Ativo	
						2021	2020
Swap	4.632	4,89% a.a.	2,70% a.a.	CETIP	15/dez/26	9.970	10.369
Circulante						1.240	2.181
Não Circulante						720	2.159

A Companhia possui como política avaliar a necessidade de adoção de *Hedge Accounting* para as operações utilizadas em sua gestão de riscos financeiros. Sendo assim, a Companhia designou a operação apresentada abaixo para *hedge accounting* de fluxo de caixa, a qual apresenta o índice de *hedge* equivalente a 1,0, sendo que os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justos dos instrumentos financeiros derivativos designados para *Hedge* de Fluxo de Caixa, em conjunto com os resultados, serão reconhecidos no mesmo período.

Patrimônio Líquido Variação Patrimônio Líquido

Instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa:			
Riscos de variação cambial	1.932	(516)	1.416
IR/CS diferidos	(657)	176	(481)
Ganhos líquidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	1.275	(340)	935

	Resultado 2020	Resultado 2021
Instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa:		
Ganhos reconhecidos no resultado do exercício (nota explicativa nº 18)	7.101	1.866
Para testar a efetividade do hedge, a Companhia usa o método do derivativo hipotético comparando as		

mudanças no valor justo dos instrumentos de hedge com as mudanças no valor justo dos itens protegidos atribuíveis aos riscos protegidos.

Continuação





## ★ continuação

As fontes de inefetividade de *hedge* podem ser oriundas de:

- Índices diferentes (e, consequentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de *hedge*;
- O risco de crédito das contrapartes tem um impacto diferente nos movimentos do valor justo dos instrumentos de *hedge* e itens protegidos;
- Alterações na quantia prevista de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de *hedge*.

**Valor justo**  
Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos  
A Companhia divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Administração considera o dólar do cenário base de R\$ 5,5805/US\$. O cenário I é o dólar a R\$ 4,4644/US\$, o cenário II é o dólar a R\$ 3,1889/US\$ e o cenário III é o dólar a R\$ 2,7903. No cenário I, o valor justo dos derivativos será de R\$ 4.850. Nos dois outros cenários, o valor justo dos derivativos será de R\$ (1.001) e R\$ (2.829), respectivamente.

Administração considera como risco a alta do CDI. A Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais DI x Pré divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2021. A cia. estimou que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. Neste caso o valor justo dos derivativos seria de R\$ 9.997, R\$ (10.047), R\$ (10.067), respectivamente.

Administração considera ainda o risco da alta do Cupom Cambial. A Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais Cupom Limpo divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2021. A cia. estimou que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. Neste caso o valor justo dos derivativos seria de R\$ 9.974, R\$ (9.223), R\$ (8.989) respectivamente.

**Themis de Oliveira**  
Diretor Presidente

**Gabriel Martins Buim**  
Diretor Executivo

**André Pires de Oliveira Dias**  
Diretor de Relações com Investidores

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

Instrumento	Exposição	Risco	2021		
			Cenários		
			I	II	III
Swap	9.970	Queda USD	4.850	(1.001)	(2.829)
		Alta Curva CDI	9.997	(10.047)	(10.069)
		Alta Curva Cupom Cambial	9.714	(9.223)	(8.989)

#### 21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cobertura de seguros era composta por:

	2021	2020
Danos materiais	124.000	124.000
Responsabilidade civil	100.000	100.000
Executante concessionário	28.403	30.267
Riscos de engenharia	80.952	34.702

#### 22. Lucro líquido por ação

a) **Lucro básico e diluído por ação**

	2021	2020
Lucro líquido da Companhia	227.138	208.913
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	209.094	111.800
Lucro básico e diluído por ação - R\$	1.09	1.87

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

#### 23. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui a obrigação de pagamento da outorga devida ao Estado do Mato Grosso do Sul, mensalmente até outubro de 2030, sendo corrigido anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa. Já os valores de outorga devidos ao município de Campo Grande - MS estão temporariamente suspensos conforme mencionado na nota explicativa nº 13 Outras contas a pagar. Além disso, a Companhia deverá pagar mensalmente 0,5% do faturamento para implantação de obras e ações de interesse social, voltados à população carente, conforme indicação dos locais e famílias pela Prefeitura Municipal de Campo Grande.

A Companhia também possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente da taxa de regulação, que corresponde a 1% da receita bruta referente aos serviços de abastecimento de água e de serviços de esgoto.

O contrato e seus aditivos, prevêem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão em R\$ 607.146, em valores históricos firmados na data da assinatura do contrato de concessão. As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% até o final do contrato; (ii) manter os níveis de redução de perdas em 28% até o final da concessão; (iii) quanto ao sistema de esgotamento sanitário município, a Companhia redireciona os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa "Pavimentação e qualificação de vias urbanas" da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, conforme determinado pelo Poder Concedente, enquanto o reordenamento de metas é definido.

#### 24. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

#### CONTADOR

**Itamar Portela Camargo** - CRC MS 010387/O5S-MS

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da

**Águas Guariroba S.A.**  
Campo Grande - MS

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas Guariroba S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho, suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase

**Reapresentação dos valores correspondentes**

Conforme mencionado na nota explicativa 4, em decorrência da correção de erros relacionados a aplicação do CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e respectivos efeitos tributários, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não está ressaltada em relação a esse assunto.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### Redução ao valor recuperável das contas a receber

A mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a diretoria da Companhia faça o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da diretoria e a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e levando em consideração as características específicas da concessão, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da diretoria acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela diretoria em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; e (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da diretoria com relação a parcelamentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.e e 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil IPCO 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos

em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 3.d., 3.j., 9 e 10.

A mensuração do ativo de contrato de concessão e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.d., 3.j., 9 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Efeitos contábeis das investigações independentes conduzidas pela Companhia

Durante o exercício de 2021 foram concluídas as investigações independentes contratadas pelo Conselho de Administração da Aegea Saneamento e Participações S.A., controladora da Companhia, para averiguar as alegações e desdobramentos relacionadas à Operação Lama Asfáltica, deflagrada pela Polícia Federal, em 2017, na qual a Companhia foi alvo de procedimentos investigatórios. A diretoria, após reunir todos os elementos e documentações, finalizou a mensuração dos efeitos nos saldos contábeis da Companhia, e reconheceu os ajustes, fundamentalmente relacionados a capitalizações de ativos intangíveis (CPC 04 - R1- Ativos intangíveis) e seus respectivos efeitos tributários, de forma retrospectiva. Por consequência, os saldos contábeis apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados.

O processo de investigação e a mensuração dos efeitos contábeis relativos a essa, é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, consideramos os efeitos contábeis de tais investigações independentes como assunto relevante de nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) envolvimento de nossos especialistas de *forensics* para nos auxiliar, no entendimento dos procedimentos e critérios adotados na execução das investigações independentes; (ii) avaliação dos procedimentos e critérios adotados na execução das investigações; (iii) entendimento, análise e validação da integridade das bases de dados extraídas e utilizadas na determinação dos efeitos contábeis; (iv) testes em bases amostrais de documentação com o objetivo de validar a existência; (v) com auxílio de nossos especialistas em legislação tributária, realizamos avaliação dos critérios e validação dos cálculos realizados acerca dos efeitos tributados; e (vi) revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas utilizados na determinação da reapresentação de saldos comparativo, decorrentes da conclusão das investigações, assim como as respectivas divulgações na nota 4, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

##### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 22 de fevereiro de 2022



**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP027623/O

**José Antonio de Andrade Navarrete**  
Contador - CRC-1SP198698/O-4